



JOGOS DE AZAR

Prós e contras da legalização

A legalização dos jogos de azar no Brasil já passou por idas e vindas. Atualmente, algumas categorias permanecem ilegais, no entanto, há um projeto de lei que visa à liberação da atividade, o que poderá gerar diversos impactos no país, especialmente no setor de turismo. Por ser um assunto que divide opiniões, o Boletim de Inteligência deste mês apresenta aos pequenos negócios do setor os prós e os contras da legalização, bem como as categorias existentes, um breve resgate histórico da atividade e características da legislação em outros países.



OS JOGOS DE AZAR NO PASSADO

Na época do império já existiam jogos de azar, porém, quando o país se tornou república, ocorreu a primeira proibição. Em 1934, no governo de Getúlio Vargas, a atividade foi liberada. Durante os 12 anos seguintes gerou fomento ao turismo e inúmeros empregos. **Essa época foi considerada a Era de Ouro, com grandes cassinos e espetáculos.** Em 1946, o então presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu os jogos por pressão de classes mais conservadoras e religiosas. Em 1993 as atividades retornaram com a Lei Zico, e em 2004 foram proibidas novamente.



O projeto de lei que prevê a legalização dos jogos tem vários pontos favoráveis ao turismo. Por ser um setor muito diversificado e com inúmeras oportunidades de negócios, a exploração de uma nova atividade de lazer tende a aquecê-lo e movimentá-lo. É provável que grandes empresas, inclusive internacionais, tirem proveito da legalização, porém, os pequenos negócios também podem lucrar com ela.

PONTOS POSITIVOS



O projeto prevê que, para jogo do bicho e videoloteria, os estabelecimentos ofereçam serviços complementares, como bares e restaurantes. Isso atrai mais público ao local, agrega valor e dá oportunidade a pequenos negócios que fazem parte da cadeia turística.



Um dos pontos levados em conta na autorização de um cassino é se a localidade onde estará inserido tem patrimônio histórico a ser valorizado. Com isso, muitas regiões podem potencializar a exploração do turismo e, consequentemente, adicionar novos negócios a ela.



O cassino deve
priorizar a mão de obra
local nas contratações.
É uma atividade que gera
empregos e desenvolvimento para a região onde
está inserida.

A OPINIÃO DE ALGUMAS ENTIDADES

Alexandre Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Alimentação e Hotelaria (FBAH), em entrevista ao portal Mercado & Eventos, afirma que a legalização dos jogos de azar "é o caminho mais certeiro para que o Brasil supere esta grave crise econômica e retome o caminho do desenvolvimento econômico". A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh) também deu parecer favorável, e informou que especialistas indicam que a legalização pode gerar arrecadação de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões por ano. Em outubro de 2015, o então ministro do turismo, Henrique Alves, também defendeu a legalização.

ne Mazui. Os prós e lização dos jogos de de Minas. 2015.

Fontes: Projeto legaliza jogo do bicho, cassinos e bingos no Brasil. Senado Federal. 2014. Cadu Caldas e Guilherme Mazui. Os prós e os contras de legalizar o jogo no país. Zero Hora. 2015. Luiz Marcos Fernandes. Ministro do Turismo defende legalização dos jogos de azar. Novo Jornal. 2015. Entidade apoia legalização do jogo e prevê arrecadação de até R\$ 20 bilhões. Estado de Minas. 2015.

ASPECTOS DESFAVORÁVEIS da legalização

Há muitas dúvidas e receios com a legalização dos jogos de azar. Alguns afetam o mercado e a sociedade em geral; outros são mais específicos ao setor de turismo.

PONTOS NEGATIVOS



Com a legalização, o mercado de jogos será invadido por grandes empresas internacionais com experiência na atividade. Isso pode ser um entrave para os negócios nacionais que queiram explorar os jogos.



Existe um descrédito com relação à fiscalização das atividades legalizadas. Acredita-se que, mesmo havendo punições para quem não cumprir a lei, será difícil o controle e a fiscalização, facilitando ações ilícitas.



Há controvérsias, mas muitos defendem que a legalização estimula o vício e a dependência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o jogo compulsivo uma doença. Entre os apostadores, 3% enfrentam problemas financeiros e familiares e 2% estão efetivamente doentes. Por isso, explorar essa atividade pode prejudicar a sociedade.



Alguns acreditam que a legalização pode estimular outras atividades negativas, como uso de drogas e prostituição.

A OPINIÃO DO MPE

O Ministério Público Federal entende que o projeto de lei é temeroso e encontra algumas brechas nele. Em nota técnica, Peterson de Paula Pereira, procurador da república e secretário de relações institucionais, afirma que "legalizar a exploração dos jogos de azar em todo o território nacional por meio do PLS 186/14, que não prevê a implementação de mecanismos rigorosos de controle, implicará a presença e a dominância do crime organizado".

nt. Cadu Caldas e Guilherme legalização de jogo do bicho e de azar Fato Odino 2016

Fontes: Projeto legaliza jogo do bicho, cassinos e bingos no Brasil. Senado Federal. 2014. Cadu Caldas e Guilherme Mazui. Os prós e os contras de legalizar o jogo no país. Zero Hora. 2015. Senado aprova legalização de jogo do bicho e cassinos. Folha PE. 2015. Wilson Lima. MPF abre frente contra legalização dos jogos de azar. Fato Online. 2016.



O Brasil faz parte da minoria de países que ainda não legalizou os jogos de azar. Entenda melhor os números e as características dessa atividade no mundo.

DADOS

Brasil e Bolívia são os únicos países da América Latina sem regulamentação dos jogos de azar.





71,1% dos países que fazem parte da Organização Mundial do Turismo regulamentam os jogos.

75,5% dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) consideram a atividade legalizada.



O Brasil está no ranking das nações onde as pessoas mais perdem dinheiro com jogos de azar. Apesar de estar longe do topo, liderado pelos EUA, o país perdeu US\$ 4,1 bilhões em 2014.

A LEGISLAÇÃO EM OUTROS PAÍSES

Apesar de muitas nações legalizarem os jogos de azar, há particularidades na legislação de cada uma delas. Conheça alguns exemplos:



BÉLGICA

A exploração dos jogos de azar é restrita a cassinos, salas de jogos e bares. É necessária autorização para operar no setor.



FRANCA

Criou a Autoridade de Regulação dos Jogos Online (Autorité de Régulation des Jeux En Ligne – Arjel) para controlar os jogos de azar virtuais. Nesse mercado só é possível jogar pôquer, apostas hípicas e esportivas. Os demais jogos devem ser realizados em pontos físicos, como cassinos e salas de jogos.



SUÍCA

Prevê pena para quem incentivar os jogos online por meio de publicidade e marketing.



GRECIA

Proibiu as máquinas caça-níqueis e regulamentou os jogos online em 2009. Por conta disso, teve que pagar multas à União Europeia.





Acesse o Projeto de Lei nº 186, de 2014, e acompanhe o processo. Avalie outros pontos positivos e negativos da legalização e busque entender a opinião de outras entidades e especialistas do setor.



Caso os jogos de azar sejam regulamentados, as empresas podem planejar ações estratégicas e se preparar para esse mercado, antecipando-se perante a concorrência.



As agências de turismo devem observar a possibilidade de tornar os jogos de azar um produto e inseri-los em roteiros turísticos.



Os pequenos negócios que não atuam diretamente com jogos podem adotar estratégias para utilizá-los a seu favor. Restaurantes, bares, serviços de hotelaria, serviços de transporte, entre outros, podem se beneficiar.



Estude esse mercado em outros países e observe os pontos positivos e os pontos que podem ser melhorados no âmbito dos negócios e nas oportunidades turísticas.





0800 570 0800





Especialista: Vinicius De Lucca Filho

Unidade de Atendimento Setorial Serviços

Gerentes: André Spíndola e Ana Clévia Guerreiro (adjunta) Coordenadores Nacionais: Philippe Fauguet, Geraldo Costa, Graziele Vilela